Caso: Soja – crimes ambientais e conflitos fundiários Link: http://reporterbrasil.org.br/conexoes/?p=127

### Íntegra do posicionamento das empresas

### **ADM do Brasil**

A ADM está totalmente comprometida com o crescimento sustentável da agricultura no Brasil. Enfatizamos que não comercializamos soja proveniente de áreas embargadas e que toda a commoditie comercializada pela ADM cumpre com as normas e regulamentações governamentais.

Cabe esclarecer que na aquisição de suas matérias-primas a ADM utiliza cláusula específica em seus contratos comerciais contra a utilização de mão de obra infantil, análoga à escrava ou em condições degradantes de trabalho, e sobre a exigência do cumprimento da legislação ambiental brasileira relacionada ao não cultivo agrícola em áreas de reserva ambiental ou embargadas pelos órgãos ambientais competentes, de preservação permanente, parques nacionais ou quaisquer unidades de conservação.

A ADM participa das mais importantes iniciativas voltadas para a produção responsável e sustentável de commodities agrícolas. Além de membro da Mesa-Redonda da Soja Responsável (RTRS, por sua sigla em inglês), a ADM também é signatária da Moratória da Soja, tendo assumido o compromisso de não comercializar soja produzida em áreas desmatadas do Bioma Amazônia após julho de 2006. Além disso, desde 2007 a ADM faz parte do grupo de empresas signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho escravo no Brasil.

Outro elemento importante na estratégia de sustentabilidade da ADM do Brasil é o programa Produzindo Certo, realizado em parceria com a ONG Aliança da Terra. O objetivo do projeto é incentivar os produtores de soja brasileiros a adotarem práticas sustentáveis de cultivo, que visam reduzir o impacto ambiental de suas atividades e assegurar boas condições de trabalho para os funcionários das fazendas. Através de um amplo levantamento das condições socioambientais de produção, realizado pela equipe da Aliança da Terra em cada uma das fazendas que participam do programa, é elaborado um Diagnóstico Socioambiental da propriedade que avalia o cumprimento das legislações ambiental e trabalhista de nossos fornecedores agrícolas.

### **Bunge**

1) Quais as ações realizadas pela empresa para evitar, em sua cadeia produtiva, a compra de matéria-prima ou de insumos oriundos de produtores que violaram as legislações ambiental e trabalhista?

A Bunge promove a agricultura sustentável junto a milhares de produtores rurais em todo o país. Somente em 2009, foram mais de 400 eventos, atingindo cerca de 80.000 produtores, onde a empresa divulga os conceitos, premissas e importância da agricultura sustentável. Além dos eventos, existem materiais em parceria com órgãos públicos, divulgações técnicas e outros veículos de comunicação para público rural.

Em seus contratos de compra de grãos a empresa também explicita, em cláusulas específicas, que repudia práticas trabalhistas degradantes aos direitos humanos, bem como reforça o compromisso do produtor rural em atender à legislação ambiental. Tais cláusulas contratuais nos reservam o direito de romper, unilateralmente, o relacionamento comercial com produtores que as desrespeitarem.

Finalmente, nossos processos eletrônicos de transações comerciais não permitem a venda de insumos ou compras a partir de produtores inseridos na lista pública de empregadores com práticas de trabalho degradantes (Ministério do Trabalho), compromisso voluntário do qual somos signatários. Com relação a áreas embargadas do Ibama, seguimos os preceitos da lei, com bloqueios automáticos para aquisição de produtos de áreas embargadas.

2) De acordo com os compromissos contidos nos pactos do Conexões Sustentáveis, as empresas signatárias devem adquirir insumos de fornecedores que não estejam incluídos na lista de embargos do Ibama ou na lista suja do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Vale ressaltar que esse compromisso se estende a TODOS os empreendimentos do fornecedor, e não apenas à área específica que constar de uma dessas duas listas. O produtor João Maria de Almeida, incluído na lista dos 100 maiores desmatadores do Brasil divulgada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em 2008, possui desde 2006 áreas embargadas pelo Ibama no município de Vila Rica (MT). A unidade de Rondonópolis (MT) da Bunge adquiriu, em 2010, soja deste produtor. Tendo em vista esses problemas, qual é o posicionamento da empresa a respeito da relação comercial realizada com o produtor João Maria de Almeida?

O posicionamento da empresa a respeito da relação comercial com o referido produtor continua sendo o de não aquisição de grãos oriundos de área embargadas do Ibama, de acordo com lista pública divulgada por aquele órgão. Existe um criterioso acompanhamento da origem dos grãos para este fim. Futuras negociações com esse produtor estão sujeitas à análise de critérios ambientais e gestão de risco.

### Pão de Açúcar

Em resposta ao email encaminhado pela Repórter Brasil no dia 20 de dezembro, o Grupo Pão de Açúcar informa que, ao tomar conhecimento do relatório, solicitou imediatamente esclarecimento por parte dos fornecedores envolvidos.

O GPA reforça seu repúdio a qualquer ato praticado em desacordo com a legislação em vigor e que venha a acarretar danos ao meio ambiente e à sociedade. A companhia mantém vários mecanismos e ações com intuito de coibir o comércio de produtos ligados às cadeias produtivas que não cumpram legislações trabalhistas e ambientais.

Esclarece ainda que, confirmadas as evidências, tomará medidas cabíveis, como a suspensão dos contratos de fornecimento, até que a situação esteja resolvida.

#### Walmart

Em resposta aos questionamentos apresentados pela Repórter Brasil referente ao relatório sobre cadeias produtivas, que relacionam empresas com atuação no mercado paulista e a Amazônia, o Walmart Brasil reconhece a importância do estudo investigativo realizado para reforçar e monitorar o cumprimento dos pactos empresariais da soja, madeira e carne bovina lançados pelo Movimento Conexões Sustentáveis em 2008, assim como para o pacto pela erradicação do trabalho escravo.

Como empresa signatária dos pactos empresariais e da erradicação pelo trabalho escravo, o Walmart Brasil tem somado esforços nos últimos anos para que os compromissos assumidos sejam efetivamente cumpridos. Frente a isso destacamos as principais ações da empresa e seus resultados.

- 1) Contratos: Cláusulas específicas sobre o atendimento dos referidos pactos foram incorporadas a todos os contratos comerciais a partir de 2009.
- 2) Pacto pela Sustentabilidade Walmart Brasil: Estabelecimento público de compromissos de sustentabilidade com a cadeia de suprimentos com ênfase nas questões da Amazônia. Realização de diálogos e edição de relatórios sobre a Amazônia e Cadeias Produtivas dos quais participaram representantes do governo, 3º setor e setores produtivos.
- 3) Programa de Certificação da Associação Brasileira de Supermercados (ABRAS): Em 2009, demos início também ao processo de discussão com o setor varejista supermercadista para o estabelecimento de ferramentas e métodos de avaliação e monitoramento da cadeia produtiva da pecuária bovina. Capitaneado pela ABRAS foi desenvolvido um programa de certificação para avaliar de forma evolutiva a produção do setor, mas cuja implantação apresentou diversas dificuldades. Reconhecemos que a expectativa de todos os envolvidos, sobretudo da sociedade, foi frustrada pela inatividade desta proposta e que há necessidade urgente de criar alternativas viáveis para o tema.
- 4) Carne Marca Própria rastreada: Lançamos em agosto de 2010 nossa primeira carne Marca Própria rastreada. Apesar de, neste momento, a produção desta carne acontecer na região sul há perspectiva de expansão para outras regiões. No entanto, os resultados práticos do projeto poderão justificar a efetiva incorporação desta boa prática na cadeia produtiva. Espera-se ainda que paradigmas como custos mais elevados possam ser quebrados para ter um produto rastreado, de qualidade e que cumpra os compromissos necessários. Estamos ainda analisando os resultados operacionais.
- 5) Compromisso Global: Em outubro de 2010 o Walmart Global estabeleceu novos compromissos para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável. Dentre o conjunto de compromissos foi expandido para todos os países em que a empresa opera aqueles relacionados aos pactos setoriais, garantindo o controle da origem dos produtos até 2015.
- 6) Compromisso específico com frigoríficos de médio porte: Estabelecemos em setembro de 2010 compromissos com 4 frigoríficos fornecedores definindo critérios mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no bioma Amazônia. Dentre os principais critérios definidos destacamos a obrigação dos fornecedores de comprovar de forma monitorável, verificável e reportável que nenhuma propriedade rural fornecedora direta e indireta de bois para abate tenha áreas com desmatamento originado após outubro de 2009, assim como invasão de terras indígenas, áreas protegidas e não cumpra com o Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo. O acordo firmado prevê etapas de trabalho com prazos que variam de 6 meses até 5 anos.

Reconhecemos que os resultados esperados pela empresa no cumprimento dos pactos ainda não são suficientes, mesmo sabendo que há iniciativas que já estão sendo implementadas também pelos fornecedores. Temos consciência que atuamos em uma parte da cadeia que apresenta elos extremamente frágeis e dependentes na relação de fornecimento de carne e produtos derivados de grãos de soja. Adotar a questão comercial individualmente como fator de pressão, neste momento, não representa uma alternativa viável, pois poderia promover outros problemas associados, como o desabastecimento do mercado e movimentação de recursos, sem necessariamente garantir uma mudança nas cadeias produtivas.

No entanto, temos mantido discussões constantes com os fornecedores indicados no estudo, para buscar as soluções necessárias. Como avanço deste trabalho, podemos posicionar que para JBS, Marfrig e Cargill a conversa já está sendo estabelecida junto a área internacional do Walmart e em consonância com a meta global indicada.

Como reação imediata ao relatório, notificamos no dia 20/12/10 os fornecedores JBS, Marfrig, Mataboi, Cargill e Bunge para esclarecimento e posicionamento acerca dos questionamentos. Em resumo obtivemos como resposta da JBS, Marfrig, Bunge e Cargill que todos adotam os requisitos dos pactos como critérios para realização comercial com seus fornecedores. No caso do Frigorífico Mataboi S.A., apesar de já realizar a consulta de áreas embargadas pelo IBAMA e a lista do trabalho escravo mantida pelo MTE, o fornecedor reconhece que há divergências e falhas na forma de avaliar e considerar um fornecedor como válido. Estamos nesse momento retornando os questionamentos a estes fornecedores sobre a efetividade das ferramentas e métodos utilizados, bem como estabelecendo novas oportunidades de discussão e adequação destas cadeias produtivas.

### Carrefour

O Grupo Carrefour vem, respeitosamente, em atendimento ao oficio encaminhado, expor e esclarecer o quanto segue:

O Carrefour, em concordância com suas políticas comerciais e de desenvolvimento sustentável, está em contínuo esforço para promover melhorias em sua cadeia de fornecedores. Neste contexto, temos trabalhado junto ao setor produtivo – da madeira, pecuária e soja, entre outros – para o estabelecimento de um padrão de produção mais sustentável, não só economicamente, mas também social e ambientalmente.

Vale ressaltar ainda que o Carrefour foi pioneiro no mercado nacional ao introduzir um Programa denominado Garantia de Origem (GO). Os produtos que recebem esse selo passam por um processo diferenciado que permite a rastreabilidade da cadeia de produtores e prevê ações e investimento no desenvolvimento destes.

Este programa prevê um compromisso de controle desde a produção, coleta e transporte do produto até a sua chegada nas gôndolas, tendo o cliente conhecimento da sua origem.

O fornecedor GO recebe constantemente visitas de veterinários, zootecnistas e agrônomos do Grupo Carrefour, para monitoramento de atividades e para apoiá-lo no desenvolvimento de novas práticas, assegurando que todas as legislações e padrões de sustentabilidade preconizados pelo programa estejam sendo observados.

Além de manter esse programa por mais de uma década no Brasil, o Carrefour tem um rígido controle para evitar, para todas as linhas de produto que comercializa, a compra de matéria-prima ou de insumos oriundos de áreas que violam as legislações ambientais e trabalhistas. Para tanto, estabelece em seus contratos comerciais especificações quanto à necessidade premente dos fornecedores seguirem — de forma rigorosa — todas as legislações vigentes, especialmente as ambientais e trabalhistas.

Tais especificações incluem verificações diárias às listas divulgadas pelo IBAMA e Ministério do Trabalho.

Em relação aos fornecedores listados pela Repórter Brasil, o Carrefour prontamente entrou em contato com

os mesmos para que fossem esclarecidos os fatos relatados pelo Estudo das Cadeias, reafirmando seu compromisso em não comprar produtos provenientes de qualquer área incluída na lista do Ibama ou do MTE.

Por todos os fornecedores em questão, exceto pela Vale Grande – frigorífico com o qual o Carrefour não mantém mais relação comercial desde o último mês de maio – foi informado que as compras de matéria-prima ou insumos não foram realizadas em áreas embargadas ou constantes da lista suja.